

Economia

AGRONEGÓCIOS

Brasil defende produção agrícola menos poluente

Blairo Maggi diz ser possível produzir mais e atenuar emissões

Aumentar a produção agrícola mantendo a qualidade dos produtos, reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEEs) na agropecuária e, ao mesmo tempo, preservar a maior biodiversidade do planeta. Esse panorama foi apresentado pelo ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Blairo Maggi, na Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-22), que se realiza nesta semana, em Marrakesh, Marrocos, para debater a aplicação do Acordo de Paris. O presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Maurício Antônio Lopes, também faz parte da comitiva brasileira na COP-22.

Maggi acredita que o Brasil é capaz de responder a grandes desafios mundiais apresentados pela ONU, como o aumento da produção de alimentos para uma população mundial crescente, a adaptação de sistemas produtivos e a

redução dos gases de efeito estufa. O Ministério da Agricultura prevê que o setor agropecuário nacional deverá alcançar a redução de emissões de CO2 em 0,9 gigatoneladas, entre de 2005 e 2030.

Os resultados ambientais do setor agropecuário nacional se devem, especialmente, ao Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC). Coordenado pelo Mapa, o plano visa a práticas sustentáveis que reduzem emissões e retêm carbono por meio da recuperação de pastagens degradadas, do plantio direto na palha, do plantio de florestas e da Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF). As áreas produtivas com sistema integrado somam 11,5 milhões de hectares no País, de acordo com pesquisa patrocinada pela Rede de Fomento de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta e realizada pelo Kleffmann Group

com acompanhamento técnico da Embrapa.

A comitiva brasileira frisou que as áreas de preservação em propriedades rurais brasileiras correspondem aos territórios da França e da Noruega juntos. Por conta do cumprimento de regras ambientais rigorosas, o ministro da Agricultura defendeu que os produtos agrícolas brasileiros tenham preferência no mercado global.

Entre as metas assumidas pelo Brasil na COP-21 até o ano de 2030, o setor agrícola se propôs a contribuir com a recuperação de 15 milhões de hectares de pastagens, aumentar em 5 milhões de hectares os sistemas de produção integrada e fornecer matérias-primas para biocombustíveis como etanol e biodiesel, que deverão responder por 18% do consumo energético nacional em 2030. O País tem se colocado na conferência como ator-chave na produção sustentável de alimentos e em produção de serviços ambientais.



CLAITON DORNELLES/DIVULGAÇÃO/JC

Maggi participou do encontro da COP-22, em Marrakesh, no Marrocos

“Somando-se as metas voluntárias assumidas anteriormente com o compromisso ratificado pelo País por meio da NDC (Proposta do Observatório do Clima para a Contribuição Nacionalmente Determinada), o Brasil se compromete a trabalhar 55,5 milhões de hectares e mais 12 milhões para recuperação e recomposição de florestas, o que representa mais de um quarto de todas as terras usadas pela agropecuária. Nenhum outro país assumiu proposta tão audaciosa”, ressaltou o pesquisador da Embrapa Meio Ambiente Celso Manzatto, coordenador da Plataforma ABC, iniciativa multi-institucional para monitorar a adoção de tecnolo-

gias de Baixa Emissão de Carbono na agropecuária.

Para Manzatto, a plataforma é uma valiosa iniciativa, tanto para validar os resultados alcançados e gerar dados para certificação de produtos agropecuários sustentáveis quanto como ferramenta para disseminar essas tecnologias. Para o presidente da Embrapa, o Brasil concentra todas as condições para se tornar líder mundial em intensificação baseada em tecnologias “poupa-recursos”, de baixa emissão de carbono e em ganhos na produtividade da terra. De acordo com Maurício Lopes, o País é um dos poucos do mundo com grandes extensões de terra com aptidão para uso sustentável.

Maior oferta pressiona preços da saca do trigo no Rio Grande do Sul

Os preços do trigo no Rio Grande do Sul vêm caindo com mais intensidade que em outras regiões, segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) da Esalq/USP, refletindo a maior oferta no Estado. Produtores elevaram o interesse de venda nos últimos dias, seja no intuito de “fazer caixa” ou com

receio de que os valores recuem ainda mais quando moinhos voltarem a importar trigo da Argentina em maior volume, já que a colheita também se iniciou naquele país. Além disso, o interesse de compra dos moinhos diminuiu, reforçando a pressão sobre as cotações. Ontem, o preço médio do trigo gaúcho fechou a R\$ 529,04.

Programa pode reduzir custos do comércio exterior

As empresas exportadoras e importadoras que aderirem, de forma voluntária, ao Programa Operador Econômico Autorizado - OEA Integrado - Agro poderão reduzir os custos operacionais entre 40% e 60%, segundo dados apurados na Suécia, pioneira na implantação do sistema. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) vai aderir oficialmente ao programa, coordenado no Brasil pela Receita Federal, no próximo dia 13 de dezembro, em São Paulo, anunciou ontem o ministro interino Eumar Novacki. O

OEA Integrado está alinhado ao Agro+, plano de desburocratização, simplificação e modernização do agronegócio.

No primeiro trimestre do próximo ano, o OEA Integrado deverá envolver duas cadeias do agronegócio: a de exportação de carnes e a de importação de insumos para agroquímicos. Segundo o secretário de Defesa Agropecuária do Mapa, Luis Rangel, o programa-piloto já deve estar em operação em janeiro.

A coordenadora do OEA Integrado na Receita Federal, Virgínia

Medeiros, apresentou o programa a técnicos do Mapa e a representantes do agronegócio. O OEA é uma iniciativa do Fórum Internacional de Aduanas, lançado no Brasil em 2014. Até agora, 84 empresas brasileiras, a maioria do setor de eletroeletrônicas, já aderiram ao programa, que visa garantir a segurança física das cargas e o cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras de forma mais ágil. O criador da metodologia para implantação do programa OEA, Lars Karlsson, participou da apresentação.

Médicos veterinários discutem projeto de terceirização

O Projeto de Lei (PL) que trata da terceirização da fiscalização de produtos de origem animal será tema de debate na próxima segunda-feira, 21 de novembro, em Porto Alegre. O Sindicato dos Médicos Veterinários no Estado (Simvet-RS) promove o seminário “Terceirização é a solução?”, que vai reunir médicos veterinários e representantes dos fiscais agropecuários.

O PL 334/15, de autoria do deputado federal Marco Tebaldi (PS-DB-SC), altera o artigo 4º da Lei

1.283, de 18 de dezembro de 1950, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal. Uma emenda autoriza a entrada de veterinários do setor privado na fiscalização dos produtos de origem animal. Atualmente, a responsabilidade da inspeção é dos fiscais agropecuários da União, estados e municípios.

De acordo com o vice-presidente do Simvet-RS, Ricardo Capelli, há uma preocupação com os técnicos em relação ao tema.

A alegação é de que a contratação de profissionais pagos pelas indústrias pode comprometer o serviço de fiscalização, já que o empregador poderá omitir possíveis problemas sanitários. Já os profissionais liberais defendem que a proposta pode abrir novas vagas no mercado para os médicos veterinários. O seminário se inicia às 13h30min, no auditório do Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul (Senge-RS), na avenida Érico Veríssimo, 960, em Porto Alegre.

**Impressão na medida certa
COMABE**

Economize com mais qualidade nas impressões da sua empresa ou escritório.
Aproveite as soluções Brother com condições imperdíveis na Comabe!

Região Metropolitana (51) 3396.2300 • comabe.com.br